



08/10/2020

Número: **0049136-31.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 21ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **02/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA (AUTOR)		VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
PRISCILA COSTA LIMA LEMKE (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67392238	02/09/2020 15:09	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
67392241	02/09/2020 15:09	<a href="#">ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA_compressed(1)</a>	Documento de Comprovação
67661465	09/09/2020 10:02	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
67679478	09/09/2020 12:43	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
67683146	09/09/2020 13:06	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
67683147	09/09/2020 13:06	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO

**ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA**

Brasileiro, solteiro, trabalhador rural inscrito no CPF sob o nº 08246499408 portador da cédula RG de nº 7.281.068 SDS/PE com endereço na 2 Travessa. Samuel Coelho, Nº81, Alto do Cruzeiro, Amaraji/PE, vem, à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT  
(PROCEDIMENTO COMUM)  
Art.318 NCPC**

Contra **MAFRE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 61074175/0005-61, situada à Av.Domingos Ferreira, 4060 – sala 05,06,07 – térreo – Boa Viagem – Recife - PE, CEP. 51021-040, pelo que declara e passa a expor:

**PRELIMINARMENTE**

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

**DO REQUERIMENTO PRELIMINAR- DO CONVÊNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Consoante se observará dos documentos carregados a inicial, pode-se verificar que não há nos autos Laudo capaz de atestar o grau de debilidade/incapacidade alegada. Razão pela qual, se pugna pela a realização de perícia médica, conforme já detalhado no rol de pedidos.

Em contra partida, considerando o acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015, restou fixado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), suportados pela parte Demandada, para a realização de Perícia Médica, através dos médicos conveniados.

Portanto em consonância com o acordo acima descrito, vem requerer e em sede, preliminar a nomeação do perito judicial, para a realização da perícia médica, onde poderá quantificar o grau da debilidade suportada pelo autor, enquadrando assim nos termos da lei que rege a matéria em discussão, dando celeridade ao deslinde da lide, como também a possibilidade de uma conciliação entre as partes, após a realização da referida perícia.

**DOS FATOS**

**01.** No dia **15 de Junho de 2018** o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em



anexos.

**02.** Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” .que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente**;

**03.** Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE, SENDO PAGO** administrativamente o valor de R\$1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

**04.** No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE MEMBRO INFERIOR DIREITO** de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, *o percentual a ser pago é de 70% (Setenta por cento) de R\$13.500,00(treze mil e quinhentos reais) equivale a R\$9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor receber ainda o complemento R\$7.762,50(Seze mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) equivalente aos 70% (Setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente.*

#### **DO DIREITO:**

**05.** Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parágs. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.**

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.**

**06.** No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto



o seguinte:

**SÚMULA n. 229:** O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

**QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS.** Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, **a**, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. [REsp 296.675-SP](#), Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

**07.** Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

#### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- - Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- - A citação da Ré, sendo designada **audiência** devendo, a Requerida, **apresentar resposta à presente ação**, sob pena de revelia;
- - **Que o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL seja oficiado para realizar perícia no autor e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);**
- - **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$7.762,50(Seze mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à



data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea “b”, da Lei n 6.194/74;

€

- Que seja, acolhido o pedido preliminar, qual seja, a submissão da parte Autora à realizar perícia médica, em que o perito credenciado, informe a este MM Juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento). Consoante aos procedimentos estabelecidos no **acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, por meio do Ofício de nº 005/2015.**

•

◦

- Que **NÃO** tem interesse na audiência de conciliação ou Mediação, uma vez que a parte demandada, não celebra acordo caso não haja perícia realizada no autor.

•

◦

- Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de *R\$7.762,50(Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)*

Pede e espera deferimento.

Recife,

04 de Agosto de 2020.

**VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES**

Advogado – OAB/PE 18.789



## **INSTRUMENTO PROCURATÓRIO**

**OUTORGANTE:** ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA, brasileiro, portador da **cédula de identidade de nº 7.281.068 SDS/PE** e inscrito no **CPF de nº 082.464.994-08**, residente e domiciliado na 2ª Trav. Samuel Coelho, 81, Alto do Cruzeiro, Amaraji-PE.

**OUTORGADOS:** VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES, advogada, portadora, da **OAB/PE nº 18.789**, com endereço, com endereço na Rua do Riachuelo nº 187, sala 1201, Boa Vista, Recife-PE – Fone: (81) 9.8833-4368.

**PODERES:** Da cláusula “Ad Judicia” representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir à justiça gratuita e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

**DECLARAÇÃO DE POBREZA:** Eu, **ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA**, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

Escada-PE, 23 de Maio de 2019.

ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

**Outorgante/Declarante**



## DECLARAÇÃO

**ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade de nº 7.281.068 SDS/PE e inscrito no CPF de nº 082.464.994-08, residente e domiciliado na 2ª Trav. Samuel Coelho, 81, Alto do Cruzeiro, Amaraji-PE. Declaro que, sob as Penas da Lei e para quaisquer fins de direito, que não requeri a tutela jurisdicional para recebimento do Seguro DPVAT ora pleiteado, em nenhum juízo no Estado de Pernambuco, bem como, em outro estado da federação.

Escada-PE, 23 de Maio de 2019.

ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

e2

DELEGACIA DE POLÍCIA DA 66ª CIRCUNSCRIÇÃO - AMARAÍ - DP66ª CIRC DINTER/17ª DESEC 21/08/2018 11:42

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0156000617**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **21/08/2018 às 15:15**

Complementa o BO Número: 18E0156000485

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia 15/5/2018 às 11:49

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE AMARAÍ, 1, RUA SENADOR DAVINO PONTUAL - Bairro: CENTRO - AMARAÍ/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

ALEXANDRO (AUTOR/AGENTE)  
ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA** (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: **ELINICE BATISTA DA SILVA** Pai: **REGINALDO MONTEIRO DA SILVA** Data de Nascimento: 20/11/1984 Naturalidade: **AMARAÍ/PERNAMBUCO/BRASIL** Documentos: 7281068/SDS/PE (RG) Estado Civil: **AMASIADO(A)** Escolaridade: 2º. GRAU/COMPLETO Profissão: **AGRICULTOR(A)** Telefones Celulares: -997595501

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE AMARAÍ, 81, SEGUNDA TRAVESSA SAMUEL COELHO - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - AMARAÍ/PERNAMBUCO/BRASIL**

ALEXANDRO - Ramo de Atividade: **NÃO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTO (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR150 BROS** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PG05806** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO) Renavam: **565535765** Chassi: **9C2KD0540DR154879**



etim de Ocorrência

file:///C:/Users/Polícia civil/.infopol/xml/BOEPreview.html

## Complemento / Observação

ALEGA A VITIMA QUE ESTAVA TRAFEGANDO NA RUA SENADOR DAVINO PONTUAL E DE REPENTE PASSOU UM CACHORRO NA SUA FRENTE E O MESMO FOI TENTA DESVIA DO MESMO MAIS TERMINOU BATENDO NO CACHORRO E CAIU E TEVE FATURA EXPOSTA NA PERNA DIREITA, O MESMO FOI SOCORRIDO POR POPULARES PARA O HOSPITAL ALICE BATISTA E DEPOIS TRANSFERIDO PARA O REGIONAL DE PALMARES, ONDE FICOU INTERNADO

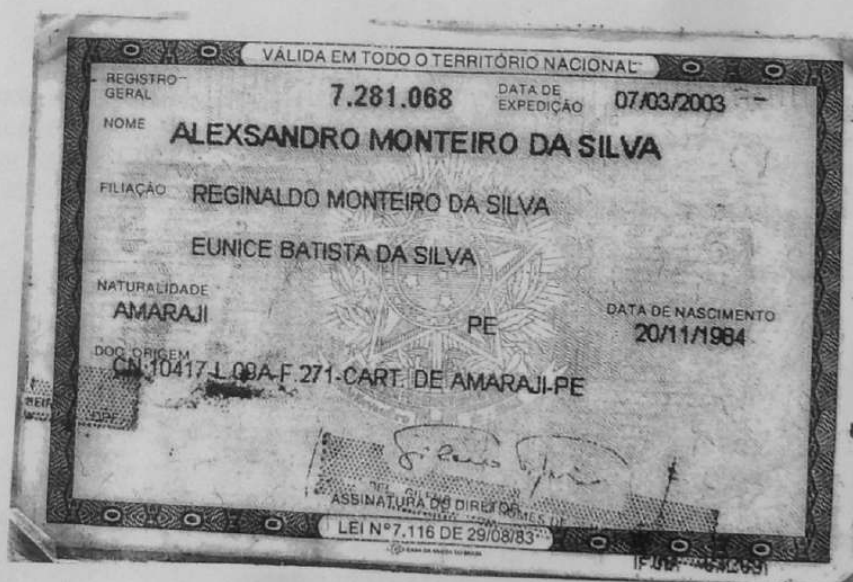
Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA

ALEXANDRO MONTEIRO DA SILVA  
(VITIMA)

B.O. registrado por: JOSE KENNEDY LOPES DA SILVA Matrícula: 273355-2







**AMARAJI**  
PREFEITURA MUNICIPAL



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**HOSPITAL ALICE BATISTA DOS ANJOS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito e comprovação que no dia, 15/05/2018, deu entrada nesta unidade de saúde o senhor Alessandro Monteiro Silva, onde foi medicado em seguida transferido para o Hospital Regional de Palmares. De que eu Amaro Fernando de Andrade Júnior, declaro a seguinte declaração em 21/05/2018. Conforme Boletim de emergência de nº-121.330 e senha de transferência de nº-5427010 em anexo.

  
AMARO FERNANDO DE ANDRADE JUNIOR  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Amaro Fernando de Andrade Junior  
Diretor  
Portaria: 36/2018

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI**

Rua Rocha Pontal, 72 - Centro - Amaraí - PE - CEP: 55515-000  
Fone: (81) 35531944 - CNPJ: 11.294.360/0001-60

Scanned with CamScanner





**AMARAJI**  
PREFEITURA MUNICIPAL

HOSPITAL ALICE BATISTA DOS ANJOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BOLETIM DE EMERGÊNCIA

DATA: 15/05/18 Nº 121.330  
NOME: Alexsandro Montano Silva PESO:     SEXO: M IDADE: 34  
D.N.: 20.11.84 MÃE: Eunice Batista Silva  
END.: R- Samuel Coelho Nº     BAIRRO:      
PROFISSÃO: Agricultor CIDADE: Amaraji NACIONALIDADE: Bras  
RESPONSÁVEL: O mesmo RG Nº      
QUEIXA PRINCIPAL: Indente de Morte  
ACIDENTE / HORA:     TEMPERATURA     PA     HORA DO ATEND.: 09:20  
DIAGNÓSTICO:     CID:      
ATENDIMENTO MÉDICO / EXAME CLÍNICO RX: S ( ) N ( )

DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS / ASSISTÊNCIA:

Transferido  
URTI  
Hosp. de g. Palmas  
5427-010




Curativo  
feito 09:30

TÉCNICO DE ENF.: Eliane Montano

ENFERMEIRO (a)

ASSINATURA MÉDICA



 SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		 PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR. SILVIO FERNANDES MAGALHÃES AVALIAÇÃO DO PACIENTE CIRÚRGICO		 HRP Fundação Marcel da Silva Almeida CNES 2428303	
ne: <u>Alexandre Monteiro da Silva</u>				Idade: <u>33</u>		Registro: <u>73004</u>	
Cirurgia Proposta: <u>Enat. Tuz</u>				Data Prevista: <u>1/1</u>			
<b>AVALIAÇÃO PRÉ-OPERATÓRIA</b>							
Problemas Detectados							
radiovascular							
dócrino							
ular							
urológico							
isculo-Esquelético							
spiratório							
nitrinário							
portamental							
ficiências							
ergias							
no/Repouso							
itros							
pectativas							
assado Cirúrgico	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim					
omplicações	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim					
ransfusões Anteriores	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim					
<b>PLANO DE CUIDADOS</b>							
<b>AVALIAÇÃO NO BLOCO CIRÚRGICO</b>							
Admitido por: <u>Flamini</u> Data <u>15/05/18</u> às <u>16:50h</u>							
Procedência: <input type="checkbox"/> Externo <input checked="" type="checkbox"/> Interno <input type="checkbox"/> Urgência <input type="checkbox"/> Outra							
Pertences: <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim							
Estado Emocional: <input checked="" type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Ansioso <input type="checkbox"/> Agitado <input type="checkbox"/> Depressivo <input type="checkbox"/> Choro							
Condições da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Lesões							
Jejum: <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Exames <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim							
<b>PROCEDIMENTOS REALIZADOS</b>							
<input type="checkbox"/> Venoclise <input type="checkbox"/> Jelco Nº <input type="checkbox"/> Scalp Nº <input type="checkbox"/> Local							
<input type="checkbox"/> Jelco Nº <input type="checkbox"/> + Injetor							
Fixação <input type="checkbox"/> Esparadrapo <input type="checkbox"/> Transporte <input type="checkbox"/> Micropore							
<input type="checkbox"/> Eletrodos <input type="checkbox"/> Dilatação Pupilar <input type="checkbox"/> Hemoglicoteste <input type="checkbox"/> Tricotomia Local							
TA <input type="checkbox"/> mmHg <input type="checkbox"/> FC <input type="checkbox"/> bpm <input type="checkbox"/> Glicemia <input type="checkbox"/> mg/dl							
MEDICAÇÕES USADAS <input type="checkbox"/> Emla <input type="checkbox"/> Pré-Anestésico							
<b>EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM</b>							
Paciente admitido em bloco para procedimento cirúrgico na sala de cirurgia, marca HASCO e DMC. Segue em suvidade							
Encaminhado a SO às <u>17h</u>							



SAÚDE

PERNAMBUCO  
GOVERNADOR JACSON ROCHA

## BOLETIM CIRÚRGICO

Fundação Manoel de Sá Almeida  
CNS-2428393

Nome do Paciente:	Alexandre monteiro da silva	Número do Registro:	734004
Cirurgião:			
1º Auxiliar:		2º Auxiliar:	
Instrumentador:		Anestesista:	
Anestesia:		Duração:	
Data da Cirurgia:	15/07/18	Início:	
Dir. Médico Pré-Operatório:	Intime La Campelo st		

Cirurgia Realizada:

Tratamento cirúrgico

## Descrição Cirúrgica

Parâmetros existentes em sentença  
Aspirar + Antineoplasia  
Coloideis for long - operações  
Abertura por planos  
Ligadura  
Sutura + fixação c/Plano +  
Mecanismo  
Intime  
Cureta



Assinatura

Assinatura Carimbo e CRM do Médico



Nome do Paciente <i>Alexandre Monteiro da Silva</i>		Registro <i>134004</i>
Clínica		Leito <i>7</i>
Diagnóstico inicial (Constante de Laudo Médico) <i>Doença do Tórax</i>		
Procedimento Solicitado <i>Tretamento cirúrgico</i>		
Tempo de Permanência Previsto		

Procedimento Realizado		Código
Código	EQUIPE	NOME
	Cirurgião	
02	1. Aux. Cirúrgico	
03	2. Aux. Cirúrgico	
04	Demais Aux. Cirúrgicos	
05	Anestesista	
06	Clínicos	

Procedimentos Especiais:

☐ Mudança de Procedimento  
☐ Diária de UTI  
☐ Diária de Acompanhante  
☐ Vacina Anti-RH  
☐ Longa Permanência

☐ Uso de Prótese Ortese  
☐ Uso de Fatores de Coagulação  
☐ Uso de Oxigenadores  
☐ Nutrição Parenteral

Resumo do Caso  
*Alta submetida a cirurgia do tórax*

Diagnóstico Definitivo <i>Doença do Tórax</i>	CID
Diagnóstico Secundário <i>Quimioterapia</i>	CID
Motivo da Alta <i>Alta médica</i>	
Data de Internação <i>15/07/18</i>	Data de Alta <i>16/07/18</i>
Dias de Hospitalização <i>02</i>	





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 21ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0049136-31.2020.8.17.2001**

AUTOR: ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

## DESPACHO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal.

Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade.

2. Face ao exposto:

2.1. **Designo perícia médica** e nomeio, como perito judicial, a Dra. Priscila Costa Lima Lemke, especialista em ortopedia, CRM/PE nº 19.388, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC).

2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré.

2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal, para comparecer ao consultório da perita, situado na Rua do Futuro, 564, Graças, Recife/PE, no dia 22/10/2020, às 11:15hs, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide.

2.4. Intime-se a perita, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada.

2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC).

2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud.

2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito.

3. Defiro a gratuidade judiciária à parte autora.

4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Recife, 09 de setembro de 2020.

**Nehemias de Moura Tenório**

**Juiz de Direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 21ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0049136-31.2020.8.17.2001

AUTOR: ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) **PRISCILA COSTA LIMA LEMKE, CPF 047.974.054-22.**

RECIFE, 9 de setembro de 2020.

**LUCIANA FERRAZ CEZAR BARROS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 21ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0049136-31.2020.8.17.2001

AUTOR: ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 21ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 67661465, conforme segue transcrito abaixo:

**DESPACHO** Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade. 2. Face ao exposto: 2.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, a Dra. Priscila Costa Lima Lemke, especialista em ortopedia, CRM/PE nº 19.388, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC). 2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal, para comparecer ao consultório da perita, situado na Rua do Futuro, 564, Graças, Recife/PE, no dia 22/10/2020, às 11:15hs, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. 2.4. Intime-se a perita, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC). 2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud. 2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. 4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 09 de setembro de 2020. Nehemias de Moura Tenório Juiz de Direito

RECIFE, 9 de setembro de 2020.

**LUCIANA FERRAZ CEZAR BARROS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 21ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0049136-31.2020.8.17.2001  
AUTOR: ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 67661465 proferido nos autos do processo nº 0049136-31.2020.8.17.2001 da Seção A da 21ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: ALEXSANDRO MONTEIRO DA SILVA

contra REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

“... **DESPACHO** Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade. 2. Face ao exposto: 2.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, a Dra. Priscila Costa Lima Lemke, especialista em ortopedia, CRM/PE nº 19.388, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC). 2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal, para comparecer ao consultório da perita, situado na Rua do Futuro, 564, Graças, Recife/PE, no dia 22/10/2020, às 11:15hs, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. 2.4. Intime-se a perita, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC). 2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud. 2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. 4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 09 de setembro de 2020. Nehemias de Moura Tenório Juiz de Direito ...”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente,

RECIFE, 9 de setembro de 2020.  
**LUCIANA FERRAZ CEZAR BARROS**  
Diretoria Cível do 1º Grau

